

## Convenção é assinada com 4,5% para salários e 7% nos pisos



**A** Convenção Coletiva dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio foi assinada com 4,5% de reajuste para salários e 7% para pisos. Mais uma vez, as negociações foram dificultadas ao máximo pela postura retrógrada do patronato (Sinaenco), que durante todo o tempo insistiu em desvalorizar os trabalhadores do setor. Numa postura contrária à realidade da engenharia consultiva — cujas carteiras de serviços estão abarrotadas — o Sinaenco recusou qualquer avanço nas cláusulas econômicas. O que mostra a importância de apostarmos nos acordos em separado como saída para o impasse — leia na página 3.

### Sintcon-RJ completa 18 anos de lutas em defesa dos trabalhadores

Poucos sindicatos conquistam a maioria com um respeitável histórico de lutas em defesa da categoria que representa. Fundado em 8 de junho de 1989, o Sintcon-RJ é uma dessas entidades, cuja atuação tem sido marcada pela total independência em relação a patrões, governos e partidos políticos. Tal firmeza de princípios conquistou o reconhecimento da categoria, por um lado, e a antipatia de parte do empresariado, por outro, sobretudo daqueles que ainda insistem em desvalorizar os trabalhadores ou

concebem as relações de trabalho como se ainda víssemos na época da Casa Grande e Senzala.



Além da firme postura na defesa dos trabalhadores, o Sintcon-RJ nasceu inovador por ser dos poucos sindicatos por ramo de atividade existentes no país.

Em seus 18 anos, nosso Sindicato continua sendo nosso maior patrimônio. Parabéns e vida longa. Viva o Sintcon-RJ

*Consultoria Cultural homenageia Zé Ketí no dia 6/09*

**Página 2**

**Convênio oferece descontos em mensalidades da UniCarioca**

**Página 2**

*Projetos do Rio Madeira abrem caminho a multinacionais*

**Página 7**

**Plantão jurídico do Sintcon-RJ tem novos horários**

**Página 8**

# Consultoria Cultural homenageia Zé Kéti no dia 6 de setembro

**A partir das 18h30, no auditório do Sintcon. Entrada franca**

**S**ucesso de público entre os trabalhadores em consultoria de engenharia e também entre o público externo, o Projeto Consultoria Cultural homenageará o compositor Zé Kéti no próximo dia 6 de setembro, a partir das 18h30, na sede do Sintcon-RJ (Rua Álvaro Alvim 37 – 5º andar, centro), próximo ao Teatro Rival. A atividade terá show com o conjunto regional friburguense 'Meu Chapéu Virou Pandeiro' e a Família do compositor. Iniciado em março deste ano, o Projeto tem por finalidade promover o resgate e valorização das grandes manifestações



**SINTCON**  
Sindicato dos Trabalhadores em  
Consultoria de Engenharia e Projetos  
apresenta:  
**Projeto Consultoria Cultural**

06 de Setembro - Homenagem a Zé Kéti, aos boêmios e a malandragem, com o regional friburguense Meu Chapéu Virou Pandeiro e a Família de Zé Kéti

05 de Outubro - Homenagem ao escritor Lima Barreto com a confraria Casa Lima Barreto, samba e literatura

09 de Novembro - "Cantiga, verso e viola" com Geraldo do Norte, "O Poeta Matuto" e Convidados

10 de Dezembro - 40 anos de Tropicalismo - Viagem aos anos 60 com Lúcio Sanfilippo

Cultura de qualidade, com entrada franca.  
Os eventos ocorrem mensalmente, às sextas-feiras, 18:30h no Auditório do SINTCON - Rua Álvaro Alvim, nº37 / 5º andar Centro - RJ ( Próximo ao Teatro Rival )

culturais brasileiras na sua diversidade. Alguns dos compositores já homenageados são Pixinguinha, Noel Rosa,

Elton medeiros (com a presença do próprio) e Candeia. Houve também uma homenagem especial ao frevo e atividade de

música e literatura com Maria Pompeu, Tia Surica, Valdir 59, Xangô da Mangueira e Nadinho da Ilha são alguns dos artistas

que se apresentaram durante as referidas homenagens. Após o dia 6 de setembro o Projeto Consultoria Cultural homenageará o escritor Lima Barreto (com a confraria Casa Lima Barreto, samba e literatura), no dia 5 de outubro. No dia 9 de novembro, o evento será 'Cantiga, verso e viola', com Geraldo do Norte, 'O Poeta Matuto' e convidados. E no dia 10 de dezembro, '40 anos de Tropicalismo – Viagem aos anos 60', com Lúcio Sanfilippo.

**Participe. Cultura de qualidade com entrada franca.**

## Convênio oferece aos associados do Sintcon/RJ descontos em cursos da Unicarioca

O Sintcon-RJ firmou, em julho deste ano, convênio com a Associação Carioca de Ensino Superior (Unicarioca) que prevê a concessão de descontos nas mensalidades em forma de bolsas parciais de estudos aos funcionários e associados do Sindicato e seus dependentes, em qualquer um dos seus cursos de graduação e pós-graduação.

Pelos termos do convênio,

a UniCarioca compromete-se a conceder bolsas de estudo de 10% a 50% nos cursos de graduação, do valor integral das mensalidades nos turnos da manhã e noite, durante a vigência de todo o curso, independentemente do número de disciplinas cursadas. Os funcionários e associados do Sindicato e seus



dependentes, contudo, terão que ser aprovados em processo seletivo promovido pela Unicarioca, dentro do limite de vagas oferecidas pela universidade. Para os cursos de pós-graduação serão concedidas bolsas de estudos de 10% (dez por cento) do valor integral. Portadores de diploma poderão solicitar isenção

de vestibular, respeitados os pré-requisitos exigidos pela universidade.

Para obtenção das bolsas, os interessados deverão comprovar o vínculo com o Sintcon-RJ e, no caso de dependente, a comprovação de residência. Os beneficiários deverão ainda entregar à Unicarioca, semestralmente, uma carta de apresentação do Sintcon-RJ, anexando contracheque do empre-

gado associado (original e xérox).

O convênio terá a duração de 60 meses, a contar da data de sua assinatura (16 de julho de 2007) e o pagamento dos serviços será de inteira responsabilidade do usuário, nada cabendo, seja a que título for, ao Sintcon-RJ.

A Unicarioca fica na Avenida Paulo de Frontin, 568 – Rio Comprido – Rio de Janeiro.



**SINTCON**  
Sindicato dos Trabalhadores  
em Consultoria de Engenharia e  
Projetos no Est. do Rio de Janeiro

Filiado à  
**CUT**

**Jornal de responsabilidade da diretoria colegiada do Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro.**

Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505 - Tel:(021) 2240-6328 e 2220-7914/Fax: 2262-5587

- e-mail: sintcon@brfree.com.br - Os artigos assinados não emitem necessariamente a opinião da diretoria do SINTCON/RJ.

Edição: André Luis Pelliccione (Mtb.19.301) - Diagramação e editoração eletrônica: Carlos Soares (Mtb. 16.993)

# Convenção Coletiva de Trabalho 2007/2008 é assinada com 4,5% nos salários e 7% nos pisos

## Postura Patronal no Rio não espelha a realidade do setor de engenharia

**A** Convenção Coletiva de Trabalho 2007/2008 foi fechada com 4,5% de reajuste nos salários e 7% nos pisos, após grandes dificuldades colocadas pelo Sinaenco (Sindicato Patronal) ao processo de negociação. Foi mais um ano de tortura, em que o Sinaenco trilhou o caminho inverso ao da realidade do setor de engenharia consultiva no Estado do Rio de Janeiro. Com uma conjuntura apontando para a retomada do crescimento da economia e a grande maioria das empresas com a carteira de serviços abarrotada, esses “empresários”, em total dessintonia com a realidade, desperdiçam a oportunidade de valorizar seu maior patrimônio: sua equipe de profissionais.

A opção pelo obscurantismo e a aposta permanente numa política de arrocho na remuneração do trabalho fazem com que os pisos salariais praticados no Estado do Rio de Janeiro, em comparação com os dos demais Estados, sejam os menores do Brasil. Um verdadeiro acinte, se levarmos em consideração que o grande mercado da engenharia consultiva nacional se concentra no eixo Rio - São Paulo. Se compararmos os pisos salariais do Rio com os de São Paulo, as discrepâncias são acentuadas.

Esse quadro tem transformado o processo de negociação coletiva com o Sinaenco, no Estado do Rio de Janeiro, numa verdadeira sessão de tortura ministrada com doses de picardia e total desrespeito aos profissionais do setor. Anualmente, nós, trabalhadores, reunimo-nos em Assembléia Geral, em fins de março e/ou início de abril, elegemos uma pauta de reivindicações e a en-

caminhamos, de imediato, ao Sindicato Patronal. Mas este leva, em média, cerca de 45 dias para se pronunciar e, quando ocorre, geralmente é para negar na íntegra a nossa pauta, sem apresentar outra alternativa.

Por conta desse descalabro, o Sintcon-RJ resolveu incentivar a assinatura de acordos coletivos por empresa individualmente e/ou por grupo de empresas. Independente do porte da empresa, esses acordos têm proporcionado grandes vantagens aos trabalhadores em relação à Convenção Coletiva. São índices de correção salarial superiores; pisos salariais, no mínimo, 20% maiores que os convencionados; plano de assistência médica/hospitalar extensivo aos dependentes; jornada de 40 horas semanais; valor facial do tíquete-alimentação, em alguns casos, quase o dobro do valor convencionado; participação nos lucros e resultados etc.



## Postura do Sintcon-RJ assegurou uma CCT menos lesiva

Após um longo processo, iniciado em 12 de abril, o Sintcon-RJ tomou para si a responsabilidade de bancar uma saída menos lesiva para os trabalhadores do setor. No momento em que o patronato fixou um índice (4,5%) como limite para assinatura da Convenção, direcionamos nossa bateria para melhoria de outras cláusulas como pisos salariais, auxílio-alimentação, plano de assistência médica/hospitalar, jornada de trabalho etc.

Como a negativa patronal, no Rio de Janeiro, está virando rotina, resolvemos firmar posição em um ponto – os pisos salariais. Não aceitaríamos e defenderíamos contra, numa assembléia com os trabalhadores, a hipótese de assinarmos uma CCT reajustando os pisos salariais com o mesmo índice de reajuste dos salários e demais cláusulas econômicas.

Tomamos a iniciativa, em mesa de negociação realizada em 16 de julho, de fazer uma última tentativa para assinar a CCT. Mesmo podendo ser derrotados na Assembléia da Categoria, nos comprometemos a defender um reajuste de 7% nos pisos, com o

pagamento dos passivos até o quinto dia útil do mês de outubro.

Para nossa surpresa, o Sinaenco, por telefone, no dia 7 de agosto, informou-nos que nossa proposta havia sido rechaçada e que a reunião patronal contrapropunha um reajuste salarial de 4,2% nos salários e demais cláusulas econômicas, e 6% nos pisos salariais, com pagamento dos passivos até o quinto dia útil de novembro.

Rechaçamos de imediato a contraproposta patronal. Reafirmamos, por escrito, em 8/08, a nossa proposta feita em mesa como a última forma de caminharmos para assinatura da CCT. No dia 17/08, por telefone, fomos informados que o Sinaenco resolvera acatar a nossa proposta.

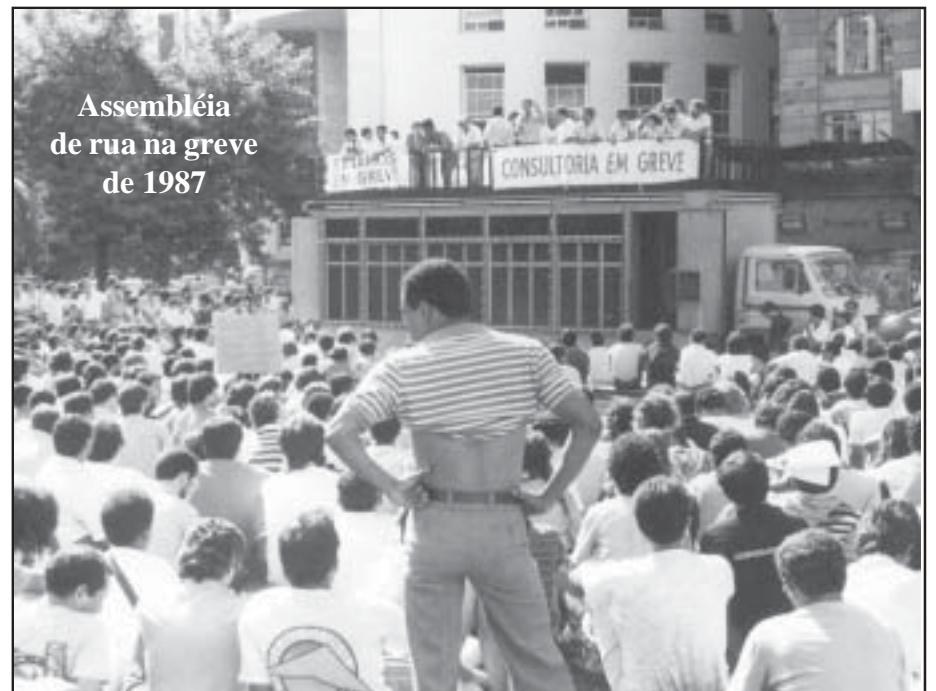
Nossa bandeira para os próximos processos de negociação coletiva com o Sindicato Patronal será a luta para recuperação dos pisos salariais, com reajustes acima dos destinados aos salários e demais cláusulas econômicas. Mesmo com o reajuste de 7%, os pisos ora convencionados estão aquém dos praticados em São Paulo.

# Sintcon-RJ conquista maioria com respeitável história de lutas em defesa da categoria

**E**m 08 de junho de 1989, registrou-se um avanço na democratização e organização dos trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro. Nesta data, foi criado o Sintcon-RJ, coroando um memorável processo de luta que foi o resultado de campanhas de unificação das diversas datas-base dos sindicatos que atuavam no segmento de engenharia consultiva nos anos 1986, 1987 e 1988. Neste último ano, inclusive, um fato marcante foi a célebre greve dos 17 dias, uma autêntica demonstração de força e unidade diante da intransigência patronal. Outros importantes acontecimentos foram os dois

ENECONS – Encontros dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos.

Não poderia ser de outra forma. Esse processo de luta se deu numa Assembléia Geral dos trabalhadores no setor de engenharia consultiva, que definiu a proposta de fundação do Sintcon-RJ (sindicato no ramo da produção), o texto estatutário que o regeria e, por aclamação, elegeu sua diretoria provisória. A história deste Sindicato se confunde com a própria história das lutas travadas pelos trabalhadores no setor. Nunca é demais rememorarmos essa importante trajetória de lutas:



Assembléia de rua na greve de 1987

**- Jan/86** – Assinatura da carta-compromisso entre os Sindicatos dos Engenheiros, Arquitetos e Desenhistas e nas empresas, alterando a data-base para 1º de maio;

**. Mai/86** – 1ª Campanha Salarial Unificada. Assinado Acordo, após um dia de greve;

**. Mai/87** – 2ª Campanha Salarial Unificada, com a presença marcante das associações de empregados – Natron, Iesa, Engevix, Brascep – Assinado acordo;

**. Jul/87** – Vitória do MUD (oposição sindical) na eleição do Sindicato dos Desenhistas, derrotando uma direção pelega que impedia o avanço das lutas da categoria;

**Set/87** – 1º ENECON, início das discussões sobre a organização sindical no setor. Aprovação da campanha por reposição salarial;

**. Dez/87** – Campanha unificada por reposição salarial. Acordo assinado, após sete dias de greve;

**. Mai-Jun/88** – 3ª Campanha Salarial Unificada. Dezesete (17) dias de greve e passeata na Av. Rio Branco. Dissídio julgado e estendido para várias empresas;

**. Nov/88** – 2º ENECON, aprovação da constituição do Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos;

**. Mar/89** – Vitória da chapa 'Cutucando' no Sindicato dos Engenheiros, com eleição de três companheiros empregados em consultoria e mais três que trabalhavam no setor e foram demitidos por conta da participação nas lutas da consultoria;

**. Mar/89** – Greve geral. Paralisação de 70% dos trabalhadores do setor. A greve serviu para desencadear a campanha salarial 1989/1990;

**08/06/89** – Assembléia Geral – Fundação do Sintcon-RJ.

**. Mai/Jun/89** – 4ª Campanha unificada, coordenada pela comissão pró-sindicato. Acordo assinado na época com o Sinenco, atual Sinaenco, (Sindicato Patronal), após diversas assembleias e manifestações, abrangendo todas as empresas do setor;

**. 01/06/96** – Paralisação de 2 dias (01 e 02 de junho) durante a campanha salarial em repúdio à intransigência patronal. Em agosto de 1996, a Convenção Coletiva foi assinada, incorporando a reivindicação dos trabalhadores – reajuste salarial de 18,35% e reajuste de 40% nos pisos, sendo 25% retroativos a 1º de maio e 12% a partir de 1º de novembro.

# Presença do Sindicato nas mobilizações foi uma constante nos últimos 18 anos

**Entidade é uma das poucas organizadas por ramo de produção**

**J**á se vão 18 anos, nos quais estão condensadas inúmeras conquistas, perdas e ganhos, acertos e erros, todo um acervo de lutas para manter um padrão de vida digno para os trabalhadores do setor. Sua história tem um certo grau de peculiaridade. É um dos raros Sindicatos no ramo de produção, representando trabalhadores da iniciativa privada, fundado após a Constituição de 1988.

Nesse curto período de existência, o Sintcon-RJ esteve presente e atuante em todas as manifestações da categoria, seja no geral, seja em determinadas empresas do setor. Algumas dessas manifestações merecem destaque:

A greve dos empregados da ENGEVIX Engenharia, lotados em Macaé, no início da década de 90, devido ao não cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho. A greve durou 45 dias, 125 trabalhadores foram demitidos, a empresa perdeu o contrato com a Petrobras. Os trabalhadores demitidos, de forma organizada, constituíram uma empresa, cujo estatuto interno se assemelhava ao de uma cooperativa. Duran-

te um ano, continuaram a prestar serviços para a Petrobras.

A greve dos empregados da PLANAVE, no ano de 1994. Os trabalhadores pleiteavam junto à direção da empresa melhores condições de trabalho, tiquete alimentação e salários condizentes com o mercado. Foram 3 (três) dias de paralisação, culminando com uma Assembléia realizada na rua, em frente à empresa, da qual participaram direto-

res da PLANAVE. A decisão apertada, diferença de apenas 1 (um) voto, a favor do fim da paralisação (proposta defendida pelos diretores da empresa), gerou um processo de transformação interna na PLANAVE, que, a partir daí, passou a respeitar mais os dirigentes sindicais e incrementou uma série de medidas melhorando as condições de trabalho (tiquete alimentação, melhoria salarial etc.).

O Sindicato surgiu sem a mácula do imposto sindical, posto que tal imposto

— aquele que tunga um dia do salário de março do trabalhador —, se destina aos sindicatos de profissão que o originaram — Engenheiros, Desenhistas, Arquitetos, Secretárias, Economistas, Engenheiros Químicos. A sobrevivência do Sintcon-RJ é fruto da relação direta com a categoria, seja através da discussão em assembléia geral, quando se delibera uma forma de manutenção da entidade, seja através da contribuição dos associados.



## Sindicato e trabalhadores resistiram à perda de direitos gerada pela reestruturação produtiva

**Combate às contratações ilegais esteve na linha de frente**

A trajetória do Sintcon-RJ pode se dividir em duas etapas. A primeira, no processo de constituição do Sindicato, quando a conjuntura era tal que cerca de 98% dos trabalhadores do setor possuíam carteira assinada, existiam as chamadas mega-empresas — que empregavam mais de 1.500 profissionais — em boa parte das quais havia forma de organização dos trabalhadores, as associações de empregados. E também nas quais a maioria dos contratos de serviços eram por administração, conhecidos como homem-hora. Tal etapa durou até o início da década de 90.

No Estado do Rio de Janeiro, o segmento de engenharia consultiva empregava cerca de 20 mil profissionais. Em-

presas que já não existem mais, como Natron Engenharia (que chegou a empregar 3.800 profissionais); Monasa (do mesmo grupo e que empregava um contingente grande de trabalhadores); Natron Informática e Minerarte; Engerio (com cerca de mil profissionais), sem contar a Iesa e a Engevix Engenharia, que empregavam cada uma mais de 1.500 trabalhadores, além de outras de grande porte como a Geotécnica, a Brascep Engenharia e a Esca.

A segunda, iniciada no início dos anos 90, quando a conjuntura recessiva fez com que o número de trabalhadores do setor reduzisse significativamente. Concomitante ao fato de que a política econômica neoliberal incentivava as

empresas, a título de flexibilização dos direitos trabalhistas, a burlarem as normas estabelecidas. Daí surgiram as “cooperativas”, terceirizando a atividade-fim das empresas. Nesse período, o segmento de engenharia consultiva chegou a empregar cerca de 5 mil profissionais no Estado do Rio de Janeiro, sendo boa parte deles sem vínculo empregatício direto.

O Sintcon-RJ apostou numa política de resistência para vencer tal período. Sem tergiversar, colocou-se de forma antagônica às formas de contratação ilegal de pessoal (cooperativados, “bóias-frias”, “autônomos”, “pessoa jurídica” etc.). Investiu numa política de formação técnica-profissional ministrando cur-

sos na área de informática — autocad e microstation, principalmente — e que, até os dias atuais, já recapitou mais de cinco mil profissionais do setor.

Hoje, nossa política de formação técnica-profissional se transformou numa logística para o profissional do setor se aprimorar, readquirir auto-confiança para enfrentar os novos desafios impostos pelo mercado e até mesmo reingressar no segmento de engenharia consultiva. Essa realidade demonstra cada vez mais que o Sindicato é a casa do trabalhador. Ele é a nossa força e o espaço de resistência para mantermos os nossos direitos e avançarmos em busca de novas conquistas.

# Privatizações + desmonte do Estado + omissão do governo Lula = CAOS AÉREO E ACIDENTES

\* André Luis Pelliccione

A tragédia de 17 de julho deste ano, com a queda de um AIR BUS da TAM que causou 199 mortes em Congonhas, foi a resultante da perversa combinação entre o desmonte do Estado brasileiro com a desregulamentação da economia e as privatizações em escala jamais vista em nosso país. Sem dúvida a crise aérea é fruto da política do governo Lula, que sempre se preocupou apenas em favorecer os lucros das empresas, construindo verdadeiros shopping centers nos aeroportos, enquanto cortou, em sua gestão, 50% dos recursos destinados à segurança aérea.

Capitaneado pelas chamadas 'agências reguladoras' — implementadas na era FHC e continuadas pelo governo Lula — o modelo de gestão em vigor na aviação brasileira expressa a concepção neoliberal de retirada do Estado de todas as principais atividades estratégicas da economia e dos serviços públicos, como transporte, energia, recursos hídricos e comunicações, entre outras.

## Promiscuidade entre 'agências reguladoras' e capital privado

Em nome da chamada 'autonomia' dessas agências, cujos titulares não podem 'ser demitidos' nem mesmo pelo presidente da república, estabeleceram-se, no caso do setor aéreo, relações promíscuas entre suas diretorias e as próprias companhias aéreas que deveriam 'fiscalizar'. Recentemente, os principais órgãos de comunicação do país noticiaram que um diretor da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) viajou a Nova

Iorque com passagens e estadias pagas pela TAM.

Segundo a legislação que rege as agências reguladoras — como ANAC, ANP (Agência Nacional do Petróleo), ANA (Agência Nacional de Águas) e muitas outras — seus presidentes só podem ser afastados de seus cargos em duas hipóteses: por condenação através de sentença transitada em julgado (para a qual não caibam mais quaisquer recursos) ou por renúncia. Uma terceira hipótese de afastamento prevista na legislação se dava se o presidente de determinada agência desrespeitasse os parâmetros gerais traçados pelo governo federal para sua área de atuação. Esta hipótese, contudo, deixou de existir por obra do governo Lula, que assim contribuiu para o aprofundamento do modelo de gestão neoliberal.

## Descalabro da Infraero e voracidade das empresas aéreas

À falta de independência, omissão e incapacidade da ANAC de fiscalizar o transporte aéreo somaram-se o descabro da administração da Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária). Responsável pelos 67 aeroportos oficialmente existentes no país, a empresa está sendo investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por realizar obras sem licitação e superfaturamento. Também vem sendo questionada sobre o atraso de obras consideradas fundamentais para a manutenção da segurança aérea, entre elas a colocação de groovings (ranhuras) na pista principal do aeroporto de Congonhas, cenário da tragédia de 17 de julho.

Mais um fator a se somar aos já elencados é a própria voracidade das companhias aéreas, com especial destaque para a própria TAM e a GOL, hegemônicas no mercado. Em janeiro deste ano, por exemplo, as duas empresas praticaram overbooking — quando a venda de passagens supera a capacidade de suas aeronaves — gerando um dos maiores caos aéreos da história, com prejuízo (moral e financeiro) a milhões de passageiros. Na época, parte da imprensa e as duas empresas ainda tentaram culpar os controladores de voo pela crise, mas a tentativa simplesmente 'não colou'.

A combinação entre desregulamentação da economia e voracidade do capital privado sob o atual modelo de gestão neoliberal foi, também, a causa dos desmoronamentos nas obras do metrô de São Paulo, no início deste ano, quando comprovadamente as empreiteiras responsáveis não foram devidamente fiscalizadas pelo poder público. O resultado foi semelhante ao da queda do Air Bus, com a perda inestimável de vidas humanas.

## Governo Lula prepara privatização total do setor aéreo

A demissão do Ministro da Defesa, Waldir Pires, e sua substituição pelo tucano Nelson Jobim, ao contrário do que possa parecer, não sinaliza o fim da crise e do caos aéreo. A princípio, a intenção do governo federal é promover uma espécie de 'ordem na casa', na medida em que o caos aéreo, pelas dimensões a que chegou, tem também provocado prejuízos à clas-

se empresarial brasileira, com graves repercussões inclusive no campo internacional. No entanto, que ninguém se iluda. Jobim vem, na verdade, para

'sanear' o setor aéreo com vistas ao aprofundamento de sua privatização, que terá a própria Infraero como um de seus alvos centrais.

## Plebiscito pela anulação do Leilão da Vale do Rio Doce será realizado de 1º a 9 de setembro

De 1º a 9 de setembro, os brasileiros dirão o que pensam sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, votando no Plebiscito Popular Nacional pela nulidade do leilão da empresa. Além da pergunta sobre a anulação do leilão, os brasileiros responderão a mais três questões: se o governo Lula deve continuar priorizando o pagamento dos juros das dívidas interna e externa em vez de investir na melhoria das condições de vida do povo; se a energia elétrica deve continuar sendo explorada pelo capital privado; e se concordam com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores.

### Crime contra o povo brasileiro

Realizada em maio de 1997, a venda da Vale foi um crime contra o país e o povo brasileiro: estudos realizados à época da privatização revelaram que o patrimônio da Companhia (calculado em R\$ 92,64 bilhões) era 28 vezes maior que seu valor de venda. Quando foi privatizada, a Vale era (e continua sendo) uma das maiores estatais do Brasil e maior exportadora mundial de minério de ferro. Atua em 14 estados e possui 9 mil quilômetros de estradas de ferro, sendo portanto estratégica para o desenvolvimento do país.

Na época em que era estatal, os lucros da Vale beneficiavam o conjunto do povo brasileiro. Hoje, seus lucros beneficiam os capitalistas. Em 2005, por exemplo, esses lucros foram de R\$ 12,5 bilhões.

### Irregularidades no leilão

Devido a irregularidades no leilão, a venda da Vale está sendo questionada na Justiça por mais de 100 ações populares. Em 2005, o Tribunal Regional Federal de Brasília reconheceu a nulidade do valor de venda da empresa. A ação possibilita a anulação do leilão. Mas o que fará a diferença será a nossa participação maciça no plebiscito.

Vamos reverter a venda da Vale do Rio Dôce

# Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira

## Porta de Acesso do Capital Multinacional à Amazônia

**D**o ponto de vista da expansão da geração de energia, no curto e médio prazos, pode ser um atalho que supriria, até 2.012, metade do acréscimo necessário, ou seja, 6,5 mil MW, observando-se o possível ritmo de crescimento econômico do país nesse período. O problema a considerar é que a decisão sobre a construção das usinas no rio Madeira vai muito além do planejamento energético nacional.

O abastecimento energético é apresentado como motivo isolado, quando na verdade sabemos que esse novo ciclo de grandes projetos de infra-estrutura pretende submeter a Amazônia a um novo reordenamento territorial, diretamente vinculado às instituições financeiras internacionais e aos setores primário-exportadores, especialmente aqueles vinculados à soja.

O projeto do Complexo Madeira, por exemplo, é composto por 4 (quatro) usinas hidrelétricas que viabilizam a bifurcação da hidrovia, rio acima, em direção ao Pacífico. Esse projeto está listado no “Eixo Peru-Brasil-Bolívia”, da Iniciativa da Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA),

programa financiado em grande parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Estrategicamente, o governo Lula simplesmente omite essa vinculação, apresentando tão somente duas usinas hidrelétricas, o que, para fins de licenciamento ambiental, já constitui uma irregularidade, pois só é possível avaliar os impactos na sua cumulatividade, em toda a área de influência e de abrangência, de forma que o poder público e a sociedade possam construir mecanismos de controle e planejamento sobre todo o território a ser modificado.

O fato de o governo Lula não querer tornar transparente os efeitos conjuntos do Projeto do Complexo Madeira, incluindo os transfronteiriços, na Bolívia e no Peru, é grave. Essa perigosa lacuna mascara, ou tenta ocultar, o fato de que está em curso uma oficiosa transferência de soberania sobre a Amazônia Ocidental para grupos privados oligopolistas, posicionados no mercado mundial.

Do ponto de vista ambiental,

grandes represamentos em áreas de vegetação muito densa como a Amazônia não podem ser considerados, a priori, “limpos”, muito pelo contrário, pois grandes áreas de vegetação alagadas proporcionam grande emissão de gases estufa. Mega-represas modificam drasticamente o regime hidrológico, comprometem a qualidade da água, restringem a cadeia alimentar dos peixes, favorecem a proliferação de doenças como a malária e, caso haja exploração mineral na região, facilitam a contaminação de rios e córregos por mercúrio. Além disso, deslocam milhares de pessoas, desfiguram famílias e culturas tradicionais e desorganizam ainda mais as cidades próximas.

O clamor daqueles, como eu, que não concordam com tal projeto, perpassa a questão dele ser um salvo-conduto para o aproveitamento total do potencial hidrelétrico da Amazônia. Ele representa, antes de tudo, a necessidade da sociedade assumir a discussão do processo de expansão da geração de energia elétrica, e o papel da Ama-

zônia num projeto de desenvolvimento sustentável da economia brasileira. Esse clamor tem eco no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no MST, na Pastoral da Terra, entre outros.

**Multinacionais comprometem a qualidade da água, restringem a cadeia alimentar dos peixes**

**O Projeto do Complexo do Madeira serve para coroar o desmonte do Estado-Nação**

limitar a participação das estatais no leilão e a utilização de recursos do BNDES para escorar os consórcios privados interessados na obra, deixa patente que estamos diante de mais um ato voluntário contra a

nossa soberania. A questão ambiental, nesse caso, é uma mera cortina de fumaça para esconder uma operação nebulosa de transferência de poder operativo e regulatório sobre nos-

ossos recursos, povos e territórios, para grandes empresas e bancos interamericanos.

Por fim o binômio – água e poluição – que constitui o grande dilema da humanidade nesse século, e que tem na Amazônia o foco mais importante do planeta, por negligência, aquiescência e/ou falta de atitude do governo Lula, deixa de ser o elemento de alavancagem de um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, de afirmação do Estado-Nação, para servir a interesses escusos do capital financeiro internacional.

**Gilberto Alcântara**  
– Diretor do SINTCON-RJ

## Movimento Popular na luta contra os altos preços da energia elétrica

O Sintcon-RJ une seus esforços na “Campanha contra os altos preços das tarifas de energia elétrica”, desenvolvida por uma série de entidades do movimento popular, como Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Central dos Movimentos Populares – CMP; Via Campesina; União Nacional dos Estudantes – UNE; Pastorais Sociais; Assembléias Populares; Sindicatos dos Economistas do Rio de Janeiro – Sindecon-RJ, entre outras.

O mote da campanha - ‘O preço da luz é um roubo. A vítima é você!’ – baseia-se no fato de, nos últimos anos, as tarifas de luz, água e telefone terem aumentado muito, sempre acima da inflação. Nos últimos 10 anos, de 1996 a 2006, a tarifa de energia residencial aumentou mais de

400%, enquanto o IPC (índice de preços ao consumidor) teve um aumento de 112%, em igual período. Além do alto preço cobrado pelas empresas, os governos ainda acrescentam mais 25% a 30% de imposto. O resultado você nota todo mês nas contas, cada vez mais altas.

A campanha serve, também, para esclarecer a população com informações de grande utilidade, como seguem:

- que o povo brasileiro paga no preço da luz uma das taxas mais altas do mundo;
- que o custo para produção de 1 quilowatt de energia é menos de R\$ 0,10, e você paga mais de R\$ 0,50 por cada quilowatt de energia;
- que a ALCOA (empresa dos EUA) paga somente R\$ 0,06 por quilowatt de energia para abastecer suas fábricas que exploram alumínio no Brasil;

- que as empresas que mais gastam energia são as que menos geram empregos no Brasil;
- que a Companhia Vale do Rio Doce, privatizada pelo governo FHC por um valor 28 vezes menor que seu patrimônio, utiliza 4,4% de toda a energia gasta no Brasil. Sendo que ela paga 10 vezes menos pela energia elétrica do que o povo. Esta energia daria para atender a 9.917.840 residências, ou seja, 19,68% de todo o consumo residencial brasileiro.
- que as grandes empresas localizadas no sul do Brasil estão pagando menos de R\$0,08 (oito centavos) por kwh consumido, ou seja, sete vezes mais barato que o conjunto da população.

**Conquistas da campanha, conquistas do povo**  
– No Estado do Paraná, as famílias

- que consomem menos de 100 quilowatts de energia por mês ficaram isentas de pagamento, isto é, custo zero - consumo gratuito.
- No Estado de São Paulo, o juiz Charles Renaud Frazão de Moraes, a partir de uma ação movida pelo PROTESTE e o PROCON, determinou que quem consome até 200 kwh por mês tem direito ao desconto de até 65% na conta de luz, se beneficiando da chamada Tarifa Social, sem necessidade de comprovar cadastramento em programa social do governo federal, nem ter o limite de renda familiar *per capita* de até R\$ 100,00. Tal decisão abrange mais de 17,5 milhões de famílias.

**Propostas da Campanha**  
- Estender o benefício conquistado no Estado do Paraná – 100 kwh/mês gratuitos para todas as

- famílias de baixa renda no país;
- Igualdade de preço entre o valor pago pelas grandes empresas e pelas famílias. Significa que, quem paga hoje cerca de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) passará a pagar menos de R\$ 30,00 (trinta reais), ou seja, 400% de redução na tarifa;
- Acabar com a “farrá” dos aumentos de preço da energia. Acabar com os subsídios para as grandes empresas;
- Melhorias nos serviços de energia, como reabertura de postos de atendimento das distribuidoras em todas as cidades, com pessoas qualificadas para resolver possíveis problemas;
- Prioridade de energia para o povo e não para as grandes empresas.

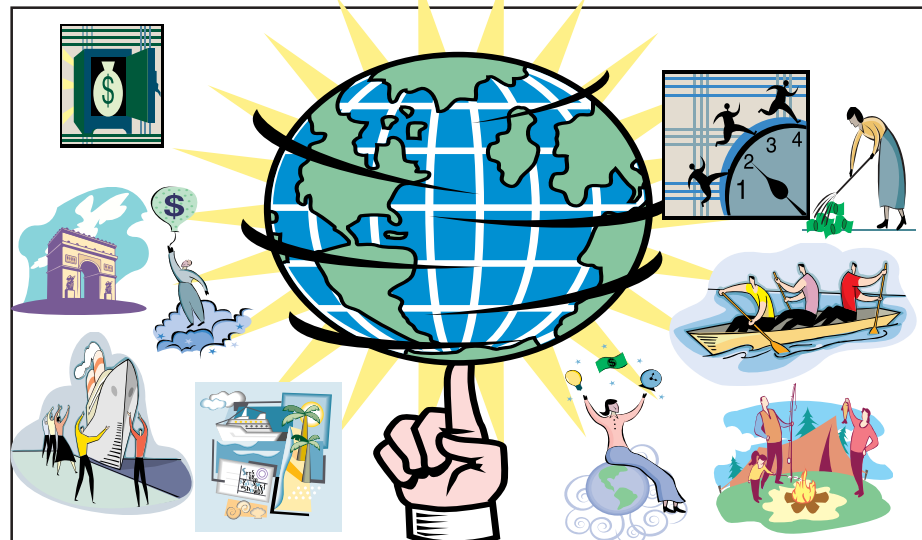
O preço da luz é um roubo. A vítima é você.

# Capitalismo aumenta barbárie, exclusão, pobreza e degradação ambiental em todo o mundo

Por Gilberto Alcântara da Cruz\*

O mundo capitalista engendra, a cada dia, enormes desigualdades entre os habitantes do planeta. De um lado uma minoria 'minimorum' que se locupleta e se beneficia com o resultado do sacrifício de bilhões de trabalhadores no mundo todo. São iates, aviões particulares, helicópteros, mansões, carros blindados etc. Do outro lado, a face cruel desse modo de produção. Segundo dados do Relatório da ONU sobre a Situação da População Mundial, 2 (duas) em cada 5 (cinco) pessoas no mundo sobrevivem com menos de US\$ 3 (três) dólares por dia, isto é, com menos de R\$ 6,00.

O Relatório da ONU indica que, num universo de 6 (seis) bilhões de habitantes, população estimada do planeta, 2,4 bilhões de pessoas — cerca de 40% da população total — não têm acesso ao saneamen-



to básico. Padecem com enormes dificuldades de acesso a água potável. Grande parte dessas pessoas se encontram no hemisfério sul, abaixo da linha do equador, na África, principalmente, e na América Latina. Na África se concentra cerca de 63% das pessoas infectadas com o vírus do HIV. São, na sua grande maioria, jovens numa faixa etária de 12 a 20 anos de idade.

Aponta o Relatório da ONU para

outro fato preocupante. Este ano, 2007, pela primeira vez registra-se um número de habitantes maior nas zonas urbanas que nas zonas rurais. Tal fato implica num crescimento desordenado das cidades e, conseqüentemente, numa queda na qualidade de vida de seus habitantes. Estima-se que, em 2015, teremos 22 megacidades no mundo, todas com mais de 10 milhões de habitantes. Dessas, 16 se localiza-

rão em países pobres. São Paulo e Rio de Janeiro são exemplos de megacidades que se incluem nessa estimativa da ONU.

Conurbação, degradação da qualidade de vida, violência urbana, enfim o caos social, que já se verifica hoje nas megalópolis brasileiras, elevado a níveis insuportáveis é o que nos depararemos nos próximos oito anos, segundo analistas da ONU. De um lado, uma ínfima camada da população na opulência, vivendo suas benesses — condomínios de luxo com estação de tratamento de esgoto, segurança máxima, áreas verde e de lazer, livres de problemas como trânsito caótico, lixo, transportes precários etc. De outro uma maioria alucinada, sobrevivendo nem Deus sabe como, nesse “drástico e fantástico” mundo capitalista.

**\*Gilberto Alcântara da Cruz  
é diretor do Sintcon-RJ**

## Plantão do Jurídico SINTCON-RJ

**Advogado Celso Gomes**  
Terça-feira e Quinta-feira  
das 14:00 às 16:00 horas

**Advogado Ricardo William**  
Segunda-feira e Quarta-feira  
das 14:00 às 16:00 horas

### Informações sobre processos:

1) Ajuizados até DEZ/94

2) Ajuizados entre JAN/95 e DEZ/99

3) Ajuizados a partir de JAN/2000

De segunda a quinta-feira, das  
14 às 16 horas.

Tel.:(0xx21) 2240-6328 e 2220-7914

Fax (0xx21) 2262-5587

4) Ajuizados em  
Volta Redonda

De segunda a quinta-feira,  
das 14 às 16 horas

(Após a solicitação,  
aguardar pequeno prazo para  
informações).

**Horário de  
Homologações:**

**De segunda  
a sexta-feira,  
de 13:30 às 15:30  
(marcar horário  
por telefone)**



**Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia  
e Projetos no Estado do Rio de Janeiro - SINTCON - RJ**

- Sede: Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505  
- Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20031-010.  
e-mail:sintcon@brfree.com.br